



2011

**Informe
Anual**

ceg rio

gasNatural 
fenosa

2011

**Informe
Anual**

ceg rio

gasNatural 
fenosa



Sumário

Apresentação do Presidente do Conselho de Administração	4
Mensagem do Presidente e do Country Manager	6
Conselho de Administração	8
Comitê de Direção	9
1. Cenário Macroeconômico e Energético	10
2. Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina	12
3. Gas Natural Fenosa no Brasil: mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos	14
4. Evolução da Atividade	15
5. Atividade Comercial	16
6. Atividade Técnica	20
7. Recursos Investidos	22
8. Sumário Financeiro	23
9. Remuneração aos acionistas	25
9. Financiamentos	26
10. Acionistas	27
11. Panorama Tributário	28
12. Relacionamento com a Sociedade	29
Demonstrações Financeiras	31

Apresentação do Presidente do Conselho de Administração

Sergio Aranda

Presidente do Conselho de Administração



O ano de 2011 foi marcado por uma conjuntura internacional econômica complexa e acabou por revelar a solidez e capacidade de superação das grandes corporações. No Grupo Gas Natural Fenosa, o ano foi de muito trabalho para consolidar a fusão nos 24 países onde está presente.

Através da fusão, a empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que trouxe estabilidade aos resultados obtidos. Tornou-se a maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha e América Latina, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica, e primeira distribuidora de gás da América Latina.

Em seu plano estratégico 2010-2014, que na segunda etapa prevê centrar os investimentos nas oportunidades dos mercados-chave, a Gas Natural Fenosa vai manter a América Latina como um pilar central dentro do Grupo. E o Brasil – que uma vez mais conseguiu evitar a recessão que rondou tantos países, e registrou crescimento no quarto trimestre – com certeza será um desses mercados-chave.

Em ritmo de expansão nas suas respectivas áreas de atendimento, as empresas brasileiras do Grupo tiveram bons resultados em 2011, com as vendas totais no Brasil chegando a 4,5 bilhões de metros cúbicos/ano.

Na Ceg Rio, o ano foi de conquistas importantes, em termos de abrangência. Marcou a chegada da empresa aos municípios de Angra dos Reis e de Itatiaia, onde foi instalada a primeira rede de polietileno de Alta Pressão, 7 bar, construída pelo Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil. Com a incorporação dessas duas cidades, a empresa fechou o ano com 27 municípios atendidos na sua área de concessão.

Em Nova Friburgo, foi finalizada a modernização da estação de descompressão, o que permitiu aumentar a capacidade de abastecimento para 3.000 m³/h de gás natural.

O número de clientes da Ceg Rio em 2011 somou 28.377, o que representa um crescimento de 13%, em relação ao ano anterior. No segmento residencial, a Companhia já atende a quase 28 mil clientes, dos quais aproximadamente 40% localizados nas duas maiores cidades da região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes e Macaé. Em Cabo Frio – onde o abastecimento de gás tem importância estratégica, por tratar-se de cidade turística – a empresa já conta com quase 4 mil clientes residenciais.

Na Região Serrana, considerada um desafio para a implantação das redes de gás, a Ceg Rio hoje tem mais de 5 mil clientes atendidos. Mas a região que obteve maior crescimento no mercado residencial foi a Norte Fluminense onde, em apenas um ano, quase 2 mil novas residências passaram a ter gás natural, totalizando 11.946 clientes.

O desenvolvimento do mercado de GNV continuou recebendo incentivo da Ceg Rio. Foram abertos seis novos postos em diferentes municípios do Rio de Janeiro e, embora quatro postos tenham deixado de ser abastecidos, o incremento líquido levou a empresa a atingir, em 2011, o marco de 100 postos abastecidos na área de concessão.

Essa atividade – sustentada por investimentos de R\$ 30.423,00, valor 51,9% superior ao do ano passado – levou a Ceg Rio a fechar 2011 com um total de 956 km de rede.

Os resultados financeiros se mantiveram dentro da média, com lucro líquido de R\$ 90.074,00, o que implica aumento de 10,56% frente ao ano anterior. O Lajida, de R\$ 154.165,00, também registrou acréscimo de 7,73% e crescimento médio anual 18% superior ao dos últimos seis anos.

O crescimento sustentado continuou a ser, em 2011, um compromisso da empresa, parte integrante dos seus valores, e os resultados conquistados reforçam nossa confiança de que a Ceg Rio está no caminho certo.

Por toda a confiança em nós depositada, agradecemos aos acionistas e clientes. Pela imprescindível parceria, agradecemos a todos os colaboradores, que vêm ajudando a fazer da Ceg Rio uma empresa de referência no mercado de gás brasileiro.

Muito obrigado.

Mensagem do Presidente e do Country Manager



Bruno Armbrust

Presidente
Gas Natural Fenosa Brasil



Antoni Almela

Country Manager
Grupo Gas Natural Fenosa

As empresas que vêm se destacando no início deste século estão interessadas, por muitos motivos, no progresso e no desenvolvimento das pessoas e regiões em que estão presentes. A Ceg Rio acredita que está alinhada com essa visão porque mantém uma trajetória de investimentos direcionados à interiorização de suas redes de distribuição. Fato é que encerrou o ano com um total de 28.377 clientes nos diferentes mercados, um crescimento de 13,1% em comparação com o exercício anterior.

O total de recursos aplicados pela Ceg Rio soma R\$ 30 milhões, 51,9% a mais do que o realizado no exercício anterior. Esses investimentos viabilizaram não só o crescimento da base de clientes da empresa, como também ajudaram a impulsionar o desenvolvimento econômico, a geração de empregos e a melhoria do meio ambiente das diversas regiões que passaram a ser abastecidas com gás natural.

Grande parte dos investimentos foi destinada à construção de 35 km de novas redes. Entre as obras realizadas, destaca-se a construção do gasoduto de 8,8 km de extensão para a chegada do gás ao município de Itatiaia. Trata-se da primeira rede de polietileno em alta pressão construída pela Companhia.

Em Itatiaia, o fornecimento de gás começou pela fábrica de pneus da Michelin. A indústria, que usava óleo combustível, vai obter uma sensível queda na emissão de poluentes ao utilizar o gás natural em seu processo produtivo. A estimativa é de que o consumo inicial chegue a 2,8 milhões de metros cúbicos/ano, com previsão de alcançar 11,9 milhões de metros cúbicos/ano em 2014.

Outras quatro indústrias localizadas na área de concessão passaram a usar o gás natural em seus processos produtivos. Estão localizadas em Três Rios, Petrópolis, Resende e Rio das Ostras.

Por meio do sistema de gás natural comprimido (GNC) a Companhia também levou o gás natural para Angra dos Reis, para o primeiro posto de GNV da Costa Verde. Com capacidade para vender 150 mil metros cúbicos no mês, o equivalente ao consumo médio mensal de 12.500 residências.

Além da expansão das redes e do crescimento do número de clientes atendidos pela empresa, também ratificamos nosso compromisso com a sociedade por meio de apoio a 14 projetos sociais e culturais. São iniciativas alinhadas com os pilares que norteiam a estratégia da empresa, principalmente, educação e cultura.

Foi enfim um ano de muitos resultados positivos. Para alcançá-los, foi fundamental a confiança de nossos acionistas e a dedicação de nossos funcionários, unindo esforços com o firme propósito de criar valor econômico, nos meios ambiental e social, tanto a curto como a longo prazo. Sem esta parceria não seria possível escrever a história de crescimento e sucesso da Ceg Rio.

Conselho de Administração

Sérgio Manuel Aranda Moreno

Bruno Armbrust

Antoni Almela Casanova

Narcis de Carreras Roques

Francesc Solbes Pons

Ewald Possolo Correa da Veiga

Alexandre Bahia Santiago

Comitê de Direção

Bruno Armbrust
Diretor – Presidente

Antoni Almela Casanova
Área Comercial

Kátia Brito Repsold
Serviço a Clientes

José Maria Margalef
Área Técnica

Ignácio Pascual Lopes
Planejamento Ingressos e Regulação

José Eudes Freitas
Econômico-Financeiro

Kátia Valverde Junqueira
Serviços Jurídicos

Jordi Gutierrez
Serviços Compartilhados

Fernando Cezar dos Santos Camilo
Recursos Humanos

Fernanda Amaral Mendes Alves
Comunicação

Gilberto Guimaraes Rosa da Silva
Controle de Gestão

Mario Nevares
Organização e Qualidade

Marcelo Medeiros Maia Braga
Informática

Ana Carolina Almeida
Auditoria Interna

1

Cenário Macroeconômico e Energético

Com o agravamento da crise na União Europeia e a fraca perspectiva de crescimento nos Estados Unidos, a solidez da economia brasileira vem atraindo cada vez mais o investidor estrangeiro. Em 2011, as três maiores agências mundiais de risco elevaram a nota do Brasil, ao mesmo tempo em que reduziram a de diversos países europeus e dos Estados Unidos – que permanecia inalterada no nível máximo desde 1941.

Em 2011, o Brasil foi a sexta maior economia do mundo depois de ultrapassar a Grã-Bretanha. No terceiro trimestre deste ano, porém, o PIB brasileiro ficou estagnado, depois que o consumo das famílias e a indústria tiveram ligeira queda, fechando o ano com um crescimento de 2,7%.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 2011 encerrou o ano no teto da meta do governo, 6,50%, por conta principalmente do aumento dos preços das *commodities*.

No acumulado do ano, o dólar experimentou uma valorização de 12,15%, a maior desde 2008, ano da crise financeira internacional, fechando a taxa de câmbio em R\$ 1,8685 para venda.

O preço médio ponderado do gás natural no mercado spot Henry Hub – preço que não inclui impostos, transporte, nem margem do distribuidor – fechou 2011 em US\$ 2,98/MMBtu, valor bem inferior à média de 2010 (US\$ 4,38/MMBtu).

O gás natural tem se tornado, cada vez mais, um energético estratégico, representando 21% da matriz energética mundial. No Brasil, apesar das reservas abundantes, esse percentual é de 9%. De acordo com a Agência Internacional de Energia (IEA), o gás natural deve atingir, até 2035, um quarto da demanda de energia do mundo.

Atualmente, já existe uma grande produção de gás natural no Brasil, e perspectivas concretas de aumento significativo desse volume com as descobertas do pré-sal. Há ainda uma enorme demanda para consumo industrial como matéria-prima do processo de produção.

A produção de gás e de petróleo, em 2011, foi a maior já registrada no Brasil, de acordo com dados da Agência Nacional de Petróleo (ANP). Segundo a agência, foram produzidos 768 milhões de barris de petróleo e 24 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Isso representa um aumento de 2,5% na produção de petróleo e de 4,9% na de gás natural, em relação ao ano anterior. Em 2011, houve redução de 27% na prática de queima do gás, em relação ao ano anterior. Em média, foram queimados 4,8 milhões de metros cúbicos por dia, contra a média de 6,6 milhões em 2010.

O volume diário de gás natural consumido pelas distribuidoras brasileiras foi de 47,6 milhões de metros cúbicos/dia, 4% abaixo do volume registrado no ano anterior. Essa redução foi provocada pelo menor consumo termoelétrico, uma vez que o maior nível dos reservatórios das hidroelétricas diminuiu o acionamento das térmicas a gás natural, que registraram um consumo 37% inferior ao consumido em 2010. Entretanto, o segmento de cogeração apresentou um aumento de 3,1% no consumo de gás natural.

Já com relação à indústria, com a retomada da produção, o setor industrial apresentou acréscimo de 9,8% no consumo de gás natural, aproximadamente o mesmo percentual alcançado pelo segmento residencial no período, porém, como a demanda residencial representa menos que 2% da demanda total, este resultado teve pouco impacto sobre o somatório final. No mercado comercial, houve acréscimo de 8,6% no consumo de 2011 ante 2010, enquanto o consumo automotivo teve baixa de 1,6%.

As distribuidoras continuaram investindo em infraestrutura para disponibilizar o gás natural em áreas ainda não abastecidas e o mercado brasileiro encerrou o ano com, aproximadamente, 21 mil km de rede de distribuição e mais de 2 milhões de clientes de gás natural.

No que se refere à energia elétrica, de acordo com a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) foram consumidos, em 2011, 430,1 mil GWh de eletricidade, 3,6% a mais do que em 2010. Esse crescimento, contudo, é praticamente a metade do verificado em 2010, quando a economia teve expansão de 7,5% e o consumo de energia subiu 7,8%. O crescimento do consumo de energia foi motivado principalmente pela atividade do comércio, seguido pelo consumo das famílias.

Os leilões de energia realizados neste ano fecharam a contratação de cerca de 5,1GW em potência instalada. Por um lado, houve a surpresa positiva da energia eólica, que viabilizou 2,9GW, o equivalente a 56,7% das usinas contratadas no ano. Em contraponto, houve uma freada brusca no desenvolvimento de hidrelétricas. Se em 2010 foram licitados projetos de grande porte, como Belo Monte e Teles Pires, em 2011 tudo ficou somente na expectativa, devido principalmente a problemas na obtenção de licença ambiental, respondendo apenas por cerca de 10% da contratação do ano. Por sua vez, as usinas a gás voltaram a participar dos leilões e conseguiram viabilizar 1.029 MW, através dos projetos da Petrobras e MPX, que produzem o próprio combustível.

Segundo o *Renewable energy country attractiveness indices, ranking* trimestral elaborado pela Ernst & Young, o Brasil figura, pela primeira vez, entre os dez países mais atrativos para receber investimentos em energias renováveis.

2

Gas Natural Fenosa, maior distribuidora de gás da América Latina

A Ceg Rio é operada pela Gas Natural Fenosa – grupo multinacional de serviços de gás e eletricidade, presente em 24 países e com mais de 20 milhões de clientes.

O Grupo entrou para o mercado de eletricidade em 2010, após concluir sua fusão com a Union Fenosa. Através da fusão, a empresa ampliou seu perfil de negócios, com a diversificação de suas atividades e geografia, o que traz grande estabilidade aos resultados obtidos.

Trata-se da maior companhia integrada de gás e eletricidade da Espanha e América Latina, líder em comercialização de gás natural na Península Ibérica e primeira distribuidora de gás da América Latina. Com uma frota de 10 navios metaneiros é um operador de referência de gás natural liquefeito (GNL) e gás natural, na bacia do Atlântico e Mediterrâneo, onde opera 30 bcm.

Em seu plano estratégico 2010-2014, estabelece duas fases diferenciadas: até 2012 a Companhia terá como foco o fortalecimento do balanço, na otimização para consecução de sinergias e crescimento orgânico.

Na segunda fase, até 2014, estará centrada na realização de investimentos em função do entorno, para aproveitar as oportunidades de nos mercados-chave, mantendo a solidez financeira.

O plano prevê manter a América Latina como um pilar-chave dentro do grupo.

Presença no mundo: 24 países e mais de 20 milhões de clientes

Na Espanha, a Gas Natural Fenosa distribui e comercializa gás e eletricidade, desenvolve atividades de geração elétrica, de regaseificação e exploração. Na França, Bélgica e Luxemburgo, realiza atividades de comercialização de gás; e, na Itália, distribui e comercializa gás natural e desenvolve projetos de regaseificação. Sua atividade em Portugal inclui comercialização de gás e eletricidade e, ainda, projetos eólicos.

Na América Latina, a Companhia realiza atividade de distribuição de gás na Argentina e Brasil, distribuição no mercado elétrico e gasista na Colômbia e geração elétrica e distribuição de gás no México. Em Porto Rico, atua nos mercados de geração elétrica e operação de uma planta de regaseificação.

A Companhia realiza distribuição elétrica na Nicarágua e Moldávia, gera e distribui eletricidade no Panamá e participa no negócio de telecomunicações na Guatemala. Na Costa Rica, República Dominicana e Quênia, o grupo desenvolve atividades de geração.

No Sul da África conta com uma mina de carbono e, no Marrocos, realiza atividades de exploração e operação do gasotudo Magreb-Europa. Além disso, a Gas Natural Fenosa participa em duas plantas de liquefação, no Egito e Omán, conta com carteira de projetos eólicos na Austrália, e tem projetos de *upstream* em Angola.

Adicionalmente, a Gas Natural Fenosa mantém relações comerciais de compra e venda de gás em vários países, entre os quais se destaca a Argélia, localidade em que se encontra parte do gasoduto Magreb-Europa.



3

Gas Natural Fenosa no Brasil: mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos

A Gas Natural Fenosa registrou mais um ano de relevante crescimento no Brasil, com a realização de R\$ 153,8 milhões em investimentos tanto no negócio não regulado (venda de equipamentos e prestação de serviços) quanto no negócio regulado (distribuição de gás). Desde 1997, a Gas Natural Fenosa já contabiliza mais de R\$ 4,2 bilhões de investimentos no país, sendo boa parte destinada à criação de infraestrutura para ampliação da malha de distribuição de gás em todas as áreas de concessão.

A Ceg, a Ceg Rio e a Gas Natural SPS registraram um incremento líquido de 24.360 novos clientes e passaram a contar com um total de 841.360 consumidores e uma rede de 6.136 km de extensão. O projeto de expansão contemplou os municípios Itatiaia e Teresópolis, no Rio de Janeiro. No município de Teresópolis, o gás natural é oriundo de uma estação de descompressão de gás natural comprimido GNC, e, em Itatiaia, foi construído gasoduto de 8,5 quilômetros de rede em polietileno.

Em São Paulo, a Gas Natural SPS passou a abastecer clientes residenciais e comerciais no município de Alumínio que, até então, só possuía clientes industriais.

No segmento industrial, o Grupo assinou novos contratos de fornecimento, com destaque para o contrato com a CSA, em Itaguaí, a Nestlé, em Três Rios, e a Toyota, em Sorocaba.

A Gas Natural Serviços – que atua na área de negócio não regulado – implantou o serviço de venda e instalação de aquecedores a gás e conseguiu comercializar mais de 5 mil aparelhos, já no primeiro ano de atividade. A empresa também fechou contratos com a Vital Brasil, CasaShopping e INT, para implantação de sistemas de Geração; com o Shopping Via Parque, para ampliação da planta de Geração; e com o Centro Comercial Polo I, para instalação de sistema de Climatização.

O serviço de atendimento ao cliente da Gas Natural Fenosa teve, em 2011, o reconhecimento externo por meio de 11 premiações. A empresa recebeu o Prêmio ABT, primeiro lugar nas categorias Atendimento Técnico, Campanhas de Comunicação, Multicanal e Serviço de Atendimento ao Público (SAP). O prêmio tem como correalizadores o Centro de Estudos da Comunicação com o Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, e o Instituto de Marketing e Relacionamento com o Cliente.

4

Evolução da Atividade da Ceg

CLIENTES CAPTADOS NO ANO: Em dezembro de 2011, as altas por gestão comercial na Ceg Rio atingiram 4.246 clientes, sendo 4.174 residenciais, 61 comerciais, 5 industriais e 6 postos de GNV. Devido à maior atividade comercial, as captações foram 11,7% superiores ao mesmo período de 2010.

INCREMENTO LÍQUIDO E TOTAL DE CLIENTES: Neste período, houve um incremento líquido (altas menos baixas) de 3.279 clientes. No mesmo período do ano passado, o incremento foi de 2.070 clientes. O número total de clientes da Companhia soma 28.377 clientes.

VENDAS: As vendas médias diárias totais foram de 4.307,0 mil metros cúbicos. As vendas de gás convencional (excluídas as vendas para geração elétrica) apresentaram decréscimo de 1,9% em relação ao mesmo período de 2010. As vendas para geração elétrica tiveram redução de 45,3%, se comparadas ao mesmo período do ano anterior.

INVESTIMENTOS: Os investimentos no período somaram R\$ 30.423 mil, montante 51,9% superior ao mesmo período do ano passado.

ATIVIDADE OPERACIONAL: Teleatendimento – Até dezembro, foram recebidas 25.792 chamadas, número 9,7% inferior ao total de chamadas do mesmo período do ano passado. O percentual de chamadas abandonadas ficou em 5,6%.

Atividade Comercial

Dezessete municípios atendidos com o gás natural canalizado

Em 2011, o número de clientes da Ceg Rio teve um crescimento de 13% em relação ao ano anterior, com incremento líquido de 3.279 clientes, encerrando o período com um total de 28.377 clientes nos diferentes mercados.

Número de Clientes	2011	2010	Varição
Residencial	27.931	24.694	13%
Comercial	262	226	15,9%
Industrial	84	81	3,7%
Geração Elétrica	03	03	0,0%
Postos de GNV	100	97	3,1%
Total	28.377	25.098	13,1%

Dando continuidade ao seu plano de expansão, a Companhia concluiu as obras de infraestrutura e chegou ao município de Itatiaia, iniciando o abastecimento no segmento Industrial com a empresa Michelin. A Ceg Rio também chegou ao município de Angra dos Reis através do sistema de fornecimento de gás natural comprimido (GNC). Com isso, a atividade comercial da Companhia foi realizada em 27 municípios, dos quais 21 são abastecidos com rede de gás natural canalizado e seis são atendidos por meio do sistema de gás comprimido (GNC), sendo eles Teresópolis, Vassouras, Valença, Santo Antonio de Pádua, Araruama e Angra dos Reis. Os municípios de Carapebus e Quissamã já possuem rede de gás canalizado, cuja atividade comercial já está pronta para ter início, quando passarão a 29 os municípios abastecidos com gás natural.

No segmento residencial, a Companhia já atende quase 28 mil clientes dos quais aproximadamente 40%, ou seja, 11.293 estão localizados nas duas maiores cidades da região Norte Fluminense: Campos dos Goytacazes e Macaé. Destaque também para o município de Cabo Frio, que atingiu 3.978 clientes residenciais.

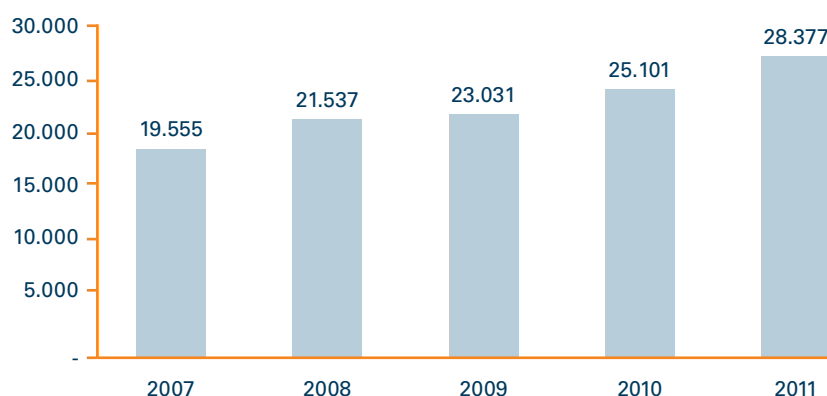
Na Região Serrana, já são 5.174 os clientes atendidos. A região que obteve maior crescimento no segmento residencial foi a Norte Fluminense onde, em apenas um ano, mais de 1.900 novas residências passaram a ser abastecidas com gás natural, totalizando 11.946 clientes. Este incremento de clientes residenciais representa 15% frente a 2010.

No segmento comercial, destaca-se o incremento de 15,9% no número de clientes, frente ao ano anterior. Com isso, a Ceg Rio já atende a 241 pequenos comércios e 17 grandes comércios, em sua área de concessão.

No segmento GNV, foram abertos seis novos postos, distribuídos nos seguintes municípios: Engenheiro Paulo de Frontin, Resende, São Pedro de Aldeia, Volta Redonda, Três Rios e Barra Mansa, sendo que três postos deixaram de ser abastecidos. No total, a Companhia já abastece 100 postos de GNV.

No segmento Industrial, em 2011, foram atendidos 84 clientes com cinco novos clientes abastecidos nos municípios de Três Rios, Petrópolis, Resende, Rio das Ostras e Itatiaia.

Evolução do número de clientes nos últimos 5 anos



Vendas convencionais

Houve incremento nas vendas da Ceg Rio em 2011 nos mercados Residencial, Comercial e GNV, de 3%, 5% e 5%, respectivamente.

No segmento industrial, houve uma redução de 3,2%, já que esse mercado foi muito impactado pela queda da produção.

Visando à recuperação do nível de vendas e ao fomento do número de conversões para o mercado de gás natural veicular (GNV), foi realizada, no segundo semestre de 2011, uma campanha de incentivo ao uso do GNV, que abordou as vantagens econômicas frente aos demais combustíveis. A campanha – que foi veiculada nas rádios, mobiliário urbano, outdoors, postos de combustíveis, revista, jornal e taxisdoor – reforçou que o GNV é uma decisão inteligente por não prejudicar o motor, aumentar o período entre as manutenções, possuir rendimento superior, ser menos poluente e ser um combustível seguro.

Após o período de veiculação da campanha registrou-se um incremento de vendas de 0,3% no volume total, número significativo, levando-se em conta que houve uma redução de 1,7% nas vendas de GNV na Região Sudeste do país. Além disso, foi identificado um aumento de 33% nas conversões realizadas no Estado do Rio de Janeiro.

Vale ressaltar que o resultado obtido em 2011 com o GNV está em linha com o resultado obtido em 2010, uma vez que o mercado brasileiro apresentou redução de 3% no período. Esse resultado se deve ao trabalho de seleção de novos postos e campanhas de marketing.

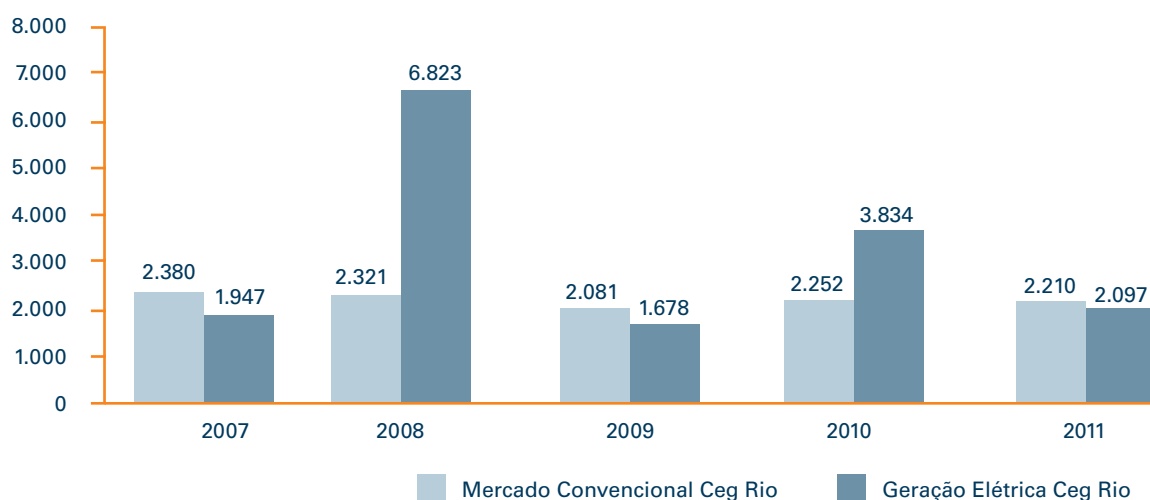
Vendas para Geração Elétrica

Em 2011, as termelétricas do Rio de Janeiro, na área de concessão da Ceg Rio, registraram uma redução de 45% no consumo diário, em comparação com o ano anterior. O principal motivo foi o elevado nível dos reservatórios de água, o que reduziu a necessidade de acionamento das térmicas.

O despacho médio das térmicas em 2011 chegou a 2,1 Mm³/dia, quando em 2010 alcançou 3,9 Mm³/dia.

Vendas (mil m ³ /dia)	2011	2010	Var. (%)
Residencial	6,9	6,7	3%
Comercial	4,1	3,9	5%
Industrial	1.761,3	1.824,9	-3%
Postos de GNV	437,5	416,6	5%
Total do mercado convencional	2.209,8	2.252,1	-2%
Geração elétrica	2.097,2	3.834,0	-45%
Total	4.307,0	6.086,1	-29%

Volume de vendas em (mil m³/dia) nos últimos 5 anos



6

Atividade Técnica

Em 2011, foram realizados três importantes projetos para ampliação das redes de distribuição:

- Itaitiaia – foram assentados 8,8 km de tubo PE100, com o objetivo de fornecer gás natural à Indústria Michelin, a postos de GNV e a outros clientes residenciais e comerciais locais. Essa foi a primeira rede de polietileno PE100 para utilização em Alta Pressão (AP), 7 bar, construída pelo Grupo Gas Natural Fenosa no Brasil.
- Nova Friburgo – finalizada a modernização da estação de descompressão do município, elevando assim a capacidade de abastecimento para 3.000 m³/h de gás natural.
- Campos dos Goytacazes – iniciadas e concluídas as obras da nova Estação de Transferência de Custódia e da rede de abastecimento que se interligou ao sistema existente. Foram assentados 2,2 km de tubulações de Alta Pressão (AP16), com o objetivo de reforçar o sistema de distribuição de gás natural do norte fluminense.

Vale lembrar que, no município de Guapimirim, está em construção uma nova base de compressão de gás natural, onde será feita a transferência da nova estação de compressão da rede de MPB para rede de AP42, com o objetivo de abastecer os municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu, entre outros.

Com isso, a Ceg Rio encerrou o exercício de 2011 atingindo um total de 956 km de rede.

Meio Ambiente

Desde que a Gas Natural Fenosa estabeleceu, voluntariamente, a política ambiental até a atualidade, a GNF Brasil tem fortalecido os compromissos com o meio ambiente. Nesse sentido, com o objetivo de contribuir para sua preservação, ao longo de 2011 foram realizadas diversas ações de responsabilidade socioambiental. Entre elas, merece destaque:

- O Programa de Neutralização da GNF Brasil, que compensou um total de 14.008 kg de CO₂ emitidos em eventos realizados pela empresa.
- *Workshops* para conscientização e divulgação do Ano Internacional das Florestas, declarado pelas Nações Unidas como “Florestas para as pessoas”. O primeiro *Workshop* Ambiental – Meio Ambiente e Florestas, realizado para comemorar o Dia Mundial do Meio Ambiente, para os colaboradores da Ceg e Ceg Rio. O segundo, *Workshop* Ambiental – Natureza e Florestas, foi realizado para os colaboradores da GNF SP (Sorocaba), em comemoração ao Dia da Natureza.
- Campanhas de Reciclagem, nas quais 136,35 kg de pilhas e baterias e 414 cartuchos e tonners foram reciclados.

Assim, alinhada com outros projetos ambientais, a GNF Brasil trabalhou, mais um ano, minimizando o impacto sobre o meio ambiente, aportando os recursos necessários para o desenvolvimento sustentável e preparando-se para a certificação ISO 14.001.

Segurança

Índices de Acidentabilidade

O GNF Brasil atingiu os objetivos do GNF no que diz respeito aos índices de acidentabilidade no ano de 2011, conforme tabela a seguir:

Índices	Objetivos GNF	Indicadores GNF Brasil
Acidentes do Trabalho – Índice de Frequência	≤ 6,7	1,72
Acidentes do Trabalho – Índice de Gravidade	≤ 0,31	0,01
Sistema de Distribuição – valoração	≥ 8,0	10,0
Sistema de Utilização – valoração	≥ 8,0	8,0

Destaques:

Não houve acidentes no sistema de distribuição de gás natural, o que permitiu fechar o ano com o indicador máximo (=10,0 pontos).

Quanto aos acidentes do trabalho, houve redução tanto nos índices de frequência, quanto nos índices de gravidade de acidentes do trabalho, em relação a 2010.

Dentre os vários aspectos que foram relevantes para a redução dos índices de acidentabilidade, destacam-se:

- Semana de prevenção ao risco, que destacou as atuações em situações de emergência, complementando com o treinamento prático de combate a incêndio com gás natural, para o Corpo de Bombeiros.
- Treinamentos de segurança para Gestores e Chefes de Obras.
- Análises das ocorrências pelo Comitê de Análise de Acidentes (CAE).

Em março de 2011, iniciou-se a implantação do Sistema Integrado de Gestão no qual serão unificados e implantados a ISO 9.001, 14.001 e a OSHAS 18.001.

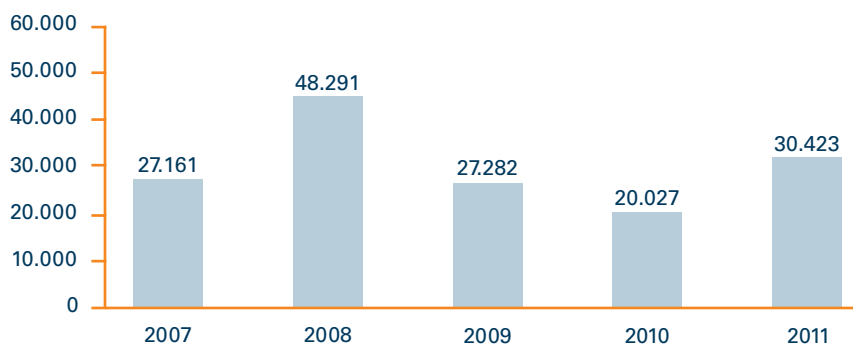


7

Recursos Investidos

Investimentos realizados (R\$ mil) nos últimos 5 anos

Dos R\$ 30.423,00 investidos pela Ceg Rio, R\$ 16.170,00 foram aplicados em novas redes de gás e 14.126 em gastos com ativos tangíveis, como novos ramais, construção e reforma de estações de medição e regulação, instalações auxiliares, medidores, entre outros. O investimento em ativos intangíveis, como tecnologia da informação, chegou a R\$ 127.



8

Sumário Financeiro

Receita Líquida

A Companhia manteve um ritmo de crescimento, embora um pouco mais tímido do que em anos anteriores, como apontam os índices do sumário financeiro. O lucro líquido do exercício de 2011 foi 10,56% maior do que no ano anterior, embora as receitas operacionais da Companhia, que foram de R\$ 1.055.126,00, tenham ficado 13,08% abaixo das receitas do período anterior, que somaram R\$ 1.213.851,00. Essa variação é reflexo principalmente da queda do consumo no segmento industrial combinada com uma redução do despacho para as térmicas, consequência do elevado nível dos reservatórios de água, o que reduziu a necessidade de acionamento das térmicas.

Lucro Bruto

O lucro bruto da Ceg Rio em 2011 foi de R\$ 189.031,00, superando em 6,42% os resultados obtidos em 2010, ou seja, R\$ 11.400,00 superior ao apresentado no ano anterior, o que representa uma margem bruta de 17,92%.

Resultado Financeiro

A política monetária adotada pelo Banco Central do Brasil (BACEN), no início de 2011, foi de elevação da taxa básica de juros (Selic). A partir do agravamento da crise europeia, o Banco Central alterou a política monetária, passando a reduzir a taxa Selic em seguidos cortes, passando a taxa de 12,50% para 11,00%, em dezembro de 2011.

Com base no ano anterior, a variação do resultado financeiro do ano de 2011 em relação ao ano de 2010 foi motivada, principalmente, pelo menor volume de encargos sobre dívida bancária, gerado principalmente pelo menor volume de dívida em 2011 em relação ao ano de 2010, maior volume de receita de aplicações financeiras, resultado da maior geração de caixa.

O endividamento financeiro da empresa, que era de 25,8%, em 2010, caiu para 20,1%, em 2011.

	2011	2010	Varição (R\$)	Varição (%)
Resultado financeiro	-1.401	-5.593	4.192	-74,95%

Lucro Operacional

O lucro operacional em 2011 foi de R\$ 132.858,00, valor R\$ 8.924,00 superior ao do ano anterior, ou seja, 7,2 pontos percentuais acima do lucro operacional obtido no exercício anterior.

Lucro Líquido

O lucro líquido foi de R\$ 90.074,00, apresentando um aumento de R\$ 8.606,00 frente ao ano de 2010, o que representa um aumento percentual de 10,56%.

Conta de Resultados (R\$ mil)	2011	2010	Varição (R\$)	Varição (%)
Receita líquida das vendas e serviços	1.055.126	1.213.851	-158.725	-13,08%
Lucro bruto	189.031	177.631	11.400	6,42%
Lajida (Ebitda)	154.165	143.108	11.057	7,73%
Lucro operacional	132.858	123.934	8.924	7,2%

LAJIDA (Ebitda)

O Lajida (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) de R\$ 154.165,00 registrado no período representou um acréscimo de 7,73% em comparação com o ano anterior. O crescimento médio anual do Lajida foi superior a 18% nos últimos seis anos.

LAJIDA	2011	2010	Varição (R\$)	Varição (%)
Lajida (R\$ mil)	154.165	143.108	11.057	7,73%
Lucro antes do resultado financeiro	132.858	123.934	8.924	7,20%
Depreciação e amortização	16.379	15.881	498	3,14%
Perdas e Recuperação de Créditos	4.928	3.293	1.635	49,65%
Lucro líquido do exercício	90.074	81.468	8.606	10,56%

9

Remuneração aos Acionistas

Em conformidade com a estrutura de capital da Companhia, a qual apresentou, nos últimos anos, redução do nível de alavancagem financeira, a Administração propôs uma distribuição de resultados de R\$ 88.536,00, sendo R\$ 11.431,00 a título de juros sobre o capital próprio – já aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, realizada no dia 20/12/11 – e de R\$ 77.105,00 sob a forma de dividendos.

Somados, os valores acima representam 100% do lucro líquido do exercício, deduzida a constituição da reserva legal aplicável. A proposta de distribuição de dividendos será apreciada na próxima Assembleia Geral de Acionistas, que deverá ser realizada no mês de abril de 2012.

	2011	2010	Varição (R\$)	Varição (%)
JCP	11.431	10.508	923	8,78%
Dividendos	77.105	41.186	35.919	87,21%
Distribuição Total	88.536	51.694	36.842	71,27%

Financiamentos

Em 2011, a Ceg Rio manteve sua estrutura de financiamentos para realização dos seus investimentos. Suas ações foram pautadas na obtenção de recursos financeiros provenientes das linhas de crédito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Foi apresentado projeto de financiamento ao BNDES, referente aos investimentos para os anos de 2010, 2011 e 2012. Esse financiamento é destinado à expansão e saturação comercial em municípios fora da região metropolitana do Rio de Janeiro, perfazendo um total de R\$ 80 milhões.

O empréstimo foi aprovado nas seguintes condições: montante de R\$ 51 milhões (correspondente a 64,0% dos investimentos apresentados); prazo total de 90 meses; e custos indexados à taxa de juros de longo prazo (TJLP).

De acordo com o planejado, os desembolsos desse contrato serão realizados até 2013, sendo o primeiro programado para o 1º trimestre de 2011, contribuindo para o equilíbrio do fluxo de caixa da Companhia, ao longo desse período.

A política de buscar financiamentos preferencialmente junto a entidades multilaterais tem colaborado para que a Ceg Rio mantenha os custos financeiros alinhados com o retorno esperado dos seus projetos. Para 2012, a Companhia vai continuar na busca das melhores condições de financiamento.

11

Acionistas

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Ceg Rio estava representado por 1.995.022.644 ações (665.007.548 ordinárias e 1.330.015.096 preferenciais), todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

Acionista	Capital Social (%)	Quantidade de Ações (%)	
		Capital Votante (Ordinárias)	Preferenciais
Gas Natural (grupo)	59,60	70,46	54,20
Gas Natural Internacional	37,33	51,00	30,50
Gas Natural SDG	22,27	19,46	23,70
Pluspetrol Energy SA	3,00	3,35	2,80
Gaspetro	37,41	26,19	43,00

Panorama Tributário

A Instrução Normativa da Receita Federal que instituiu a obrigatoriedade do Sistema Público de Escrituração Digital Contribuição para o PIS/COFINS – SPED EFD PIS/COFINS foi alterada por nova norma da Receita Federal, dispensando a entrega da obrigação para os meses de abril a dezembro de 2011.

Com isso, a implantação desse projeto foi postergada para janeiro de 2012.

Ao longo do ano, a Companhia buscou aumentar a eficiência operacional e de gestão fiscal, fornecendo orientações para a correta aplicação da legislação, principalmente no segmento de combustível.

O quadro tributário que se segue demonstra os valores dos tributos pagos, com base na gestão fiscal adotada.

	2011	2010
COFINS	12,30	12,62
PIS	2,67	2,74
IRPJ	30,14	27,30
CSLL	13,11	14,61
IOF	0,16	0,48
CPMF	-	-
AGENERSA	5,10	5,87
ICMS	22,47	25,17
IPVA	0,01	0,01
IPTU	0,002	0,01
ISS	0,01	0,02
TOTAL (MBRL)	85,97	88,83

13

Relacionamento com a sociedade

Em 2011, a Ceg Rio patrocinou 14 projetos sociais e culturais. São iniciativas alinhadas com os pilares que norteiam a estratégia da empresa, principalmente educação e cultura.

Em Resende, a empresa realizou o Jornada Século XXI. Um projeto direcionado a 1.100 professores na rede municipal de ensino e com a participação de grandes nomes da literatura e da música. Por meio desse projeto, os professores tiveram a oportunidade de participar gratuitamente da jornada, que reuniu em sua programação ciclo de palestras, conferências, *shows*, espetáculos com contadores de histórias, oficinas de criação musical, artes e produção de brinquedos lúdicos.

No Sul do estado, a Ceg Rio participou do 10º Pirai Fest, um festival de gastronomia e cultura, que faz parte do calendário cultural e turístico da região. No ano passado, o evento comemorou os 174 anos da emancipação político-administrativa do município. O objetivo era promover e divulgar a cultura local.

A empresa também foi uma das apoiadoras do Festival Vale do Café, cuja programação teve apresentações de música, além de eventos ligados à história e ao meio ambiente.



Em comemoração aos 35 anos de carreira da bailarina Ana Botafogo, a Ceg Rio apoiou a estreia nacional, com o balé *Marguerite e Armand*, uma versão de “A Dama das Camélias”, de Alexandre Dumas. As apresentações foram realizadas no Theatro Municipal.

No cenário cultural, a Ceg Rio contribuiu para a publicação do livro “A poesia é para comer”, uma antologia poética cujo tema é gastronomia. São cerca de 90 poemas associados a receitas de chefs renomados e a obras de arte de acervos nacionais e internacionais.

A empresa também participou do importante Prêmio Rio Sócio-cultural 2011. O objetivo desse projeto é mobilizar as comunidades de todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, valorizando as ações socio-culturais inovadoras, desde que tenham mais de um ano de atividades regulares. O projeto reconhece e premia essas ações, difundindo um banco de dados via internet, entre outros meios de comunicação, para que se tornem exemplos multiplicadores em todos o país.

Ainda no ano passado, a Ceg Rio contribuiu para a restauração dos achados arquitetônicos do Palácio Guanabara.







Demonstrações financeiras

**Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro - CEGRIO S.A.**

**Demonstrações financeiras de acordo com
as práticas contábeis adotadas no Brasil
em 31 de dezembro de 2011**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas

CEG RIO S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da CEG RIO S.A (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não

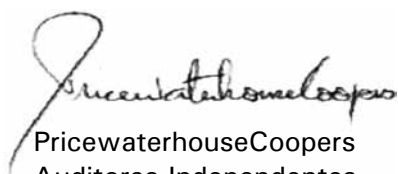
para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

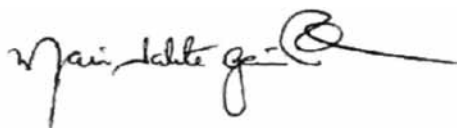
Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CEG RIO S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2012.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC2SP000160/O-5 "F"RJ



Maria Salete Garcia Pinheiro
Contadora CRC 1RJ048568/O-7

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro

Em milhares de reais

Ativo	2011	2010
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	53.879	42.893
Títulos e valores mobiliários (Nota 7)		23
Contas a receber de clientes (Nota 8)	91.465	97.787
Tributos a recuperar (Nota 9)	9.219	8.132
Contas a receber de parte relacionada (Nota 11)		3
Adiantamentos a fornecedores	522	509
Estoques	491	423
Despesas antecipadas	40	199
Demais contas a receber	36	15
	155.652	149.984
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Tributos a recuperar (Nota 9)	734	2.016
Créditos restituíveis (Nota 22)	46.079	28.738
Depósitos judiciais	919	422
Ativos fiscais diferidos (Nota 10)	14.427	16.590
Outros realizáveis a longo prazo	158	275
	62.317	48.041
Intangível (Nota 12)	278.207	258.554
Diferido (Nota 13)	23.990	29.412
	364.514	336.007
Total do ativo	520.166	485.991

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	2011	2010
Circulante		
Fornecedores (Nota 14)	97.025	105.543
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	19.806	22.155
Obrigações trabalhistas	63	59
Tributos a recolher (Nota 16)	25.008	25.079
Contas a pagar a partes relacionadas (Nota 11)	1.065	1.033
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio (Nota 17(b))	22.134	15.906
Demais contas e despesas a pagar	1.614	1.387
	166.715	171.162
Não circulante		
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)	45.177	56.724
Provisão para contingências (Nota 18)	3.517	3.065
Débitos restituíveis (Nota 22)	46.079	28.738
Recebimentos antecipados (Nota 20)	224	
	94.997	88.527
Total do passivo	261.712	259.689
Patrimônio líquido (Nota 17)		
Capital social	95.212	87.520
Reserva de capital	90	90
Reservas de lucros	163.152	138.692
Total do patrimônio líquido	258.454	226.302
Total do passivo e patrimônio líquido	520.166	485.991

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2011	2010
Receita líquida (Nota 21)		
Venda de gás	1.017.771	1.197.557
Contratos de construção	27.238	15.676
Outras receitas (Nota 19.3)	10.117	618
	<u>1.055.126</u>	<u>1.213.851</u>
Despesas operacionais		
Compra de gás e de serviços	(838.857)	(1.020.544)
Custo dos contratos de construção	(27.238)	(15.676)
Pessoal	(3.676)	(3.472)
Utilidades, materiais e serviços	(2.060)	(2.807)
Serviços administrativos e outros gastos gerais (Nota 26)	(32.418)	(28.443)
Depreciação e amortização	(16.379)	(15.881)
Outras, líquidas (Nota 24)	(1.640)	(3.094)
	<u>(922.268)</u>	<u>(1.089.917)</u>
Lucro operacional	<u>132.858</u>	<u>123.934</u>
Resultado financeiro (Nota 25)		
Receitas financeiras	4.304	2.845
Despesas financeiras	(5.705)	(8.438)
	<u>(1.401)</u>	<u>(5.593)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>131.457</u>	<u>118.341</u>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 16 (b))		
Do exercício	(39.871)	(39.346)
Diferidos	(1.512)	2.473
	<u>90.074</u>	<u>81.468</u>
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas da Companhia	<u>90.074</u>	<u>81.468</u>
Quantidade média ponderada de ações em circulação (em milhares)	<u>1.995.023</u>	<u>1.995.023</u>
Lucro básico e diluído por lote de mil ações atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação)	<u>45,15</u>	<u>40,84</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva de capital – incentivos fiscais	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Expansão	Legal	Dividendo adicional proposto		
Em 31 de dezembro de 2009	72.377	90	74.224	14.049	23.418		184.158
Aumento de capital	15.143		(15.143)				
Lucro líquido do exercício						81.468	81.468
Destinação do lucro							
Reserva legal				3.455		(3.455)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 5,27 por lote de mil ações)						(10.508)	(10.508)
Dividendos propostos (R\$ 2,71 por lote de mil ações)						(5.398)	(5.398)
Dividendo adicional proposto (R\$ 17,94 por lote de mil ações)					35.788	(35.788)	
Distribuição dividendo adicional proposto de 2009					(23.418)		(23.418)
Reserva para investimentos futuros							
Efeito de mudança de prática contábil			14.390			(14.390)	
Destinado a projeto de expansão (Nota 17 (d))			11.929			(11.929)	
Em 31 de dezembro de 2010	87.520	90	85.400	17.504	35.788		226.302
Aumento de capital	7.692		(7.692)				
Lucro líquido do exercício						90.074	90.074
Destinação do lucro							
Reserva legal				1.538		(1.538)	
Juros sobre o capital próprio (R\$ 5,73 por lote de mil ações)						(11.431)	(11.431)
Dividendos propostos (R\$ 5,36 por lote de mil ações)						(10.703)	(10.703)
Dividendo adicional proposto (R\$ 33,28 por lote de mil ações)					66.402	(66.402)	
Distribuição dividendo adicional proposto de 2010					(35.788)		(35.788)
			77.708	19.042	66.402		
Em 31 de dezembro de 2011	95.212	90		163.152			258.454

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2011	2010
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	131.457	118.341
Ajustes		
Amortizações do intangível e diferido	16.379	15.881
Resultado na baixa do intangível	(32)	(24)
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	6.959	8.485
	154.763	142.683
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	6.322	(35.837)
Estoques	(68)	(19)
Tributos a recuperar e diferidos	45.607	34.955
Outros ativos	(255)	223
Fornecedores	(8.518)	30.560
Obrigações trabalhistas	4	2
Tributos a pagar	(41.454)	(35.111)
Partes relacionadas	35	(118)
Outros passivos	451	(196)
	2.124	(5.541)
Caixa proveniente das (aplicado nas) operações	156.887	137.142
Imposto de renda e da contribuição social pagos	(43.249)	(39.698)
IRRF sobre juros sobre capital próprio pago	(1.576)	(1.330)
Juros pagos sobre empréstimos	(6.961)	(28.290)
	(51.786)	(69.318)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	105.101	67.824
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários	23	308
Aquisições do ativo intangível	(30.622)	(18.264)
Venda de ativo intangível	42	148
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(30.557)	(17.807)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(19.408)	(59.136)
Ingressos de empréstimos	5.968	40.118
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(50.118)	(38.815)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(63.558)	(57.833)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	10.986	(7.816)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	42.893	50.709
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	53.879	42.893
Transações que não afetam caixa		
Take or pay com fornecedor (Nota 19.1)		(18.522)
Créditos/Débitos restituíveis (Nota 22)	17.341	(10.442)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações gerais

A CEG RIO S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado e tem como objetivo, no âmbito de sua concessão (Nota 19.2), operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, fora da região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes.

A concessão obtida junto à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, tem o prazo de trinta anos, contados a partir de 21 de julho de 1997, prorrogáveis, a critério exclusivo do Estado do Rio de Janeiro, por igual período de tempo e por uma única vez.

A área de concessão da CEG RIO inclui as regiões Norte-Fluminense, Noroeste-Fluminense, Baixada Litorânea, Serrana, Médio Paraíba, Centro-Sul e a Baía da Ilha Grande, todas no Estado do Rio de Janeiro.

De acordo com o contrato de concessão, a CEG RIO deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade dos mesmos;
- manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 14 de março de 2012.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

(a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs).

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs vigendo a partir de 2011 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor (Nota 6).

2.3 Ativos financeiros

2.3.1 Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a partes relacionadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data de negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros.

2.3.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.3.4 Impairment de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia avalia, na data de cada balanço, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor (mais de 6 meses de atraso);
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: (a) mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; (b) condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo

os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.4 Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadoria ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa "PCLD" ou "*impairment*", considerando os critérios descritos na Nota 2.3.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Referem-se, principalmente, a itens de almoxarifado e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável.

2.6 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão, líquidos de amortização, o qual representa o direito de cobrar dos usuários pelo serviço de gás durante o período de vigência do contrato de concessão. A amortização é calculada com base na vida-útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços, e reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos (Nota 12).

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época.

(ii) Programas de computador (softwares)

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para uso.
- A administração pretende concluir o *software* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*.
- O gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos de desenvolvimento de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 12.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (Nota 12).

2.7 Diferido

Refere-se a gastos incorridos, principalmente, para captação de novos clientes até 31 de dezembro de 2008. É amortizado pelo prazo de 10 anos a partir da data da conclusão dos trabalhos em cada área geográfica, quando os benefícios começaram a ser gerados (Nota 13).

Conforme Lei nº 11.941/09 e o Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941/09, estes gastos permanecerão registrados no ativo diferido até sua amortização total. A partir de 2009, os gastos dessa natureza passaram a ser reconhecidos no resultado do exercício.

2.8 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*Impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGC). Os ativos não financeiros, exceto eventual ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do balanço. Não foi identificada qualquer perda a ser reconhecida até 31 de dezembro de 2011 em decorrência dessa avaliação.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.11 Provisões

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (i) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem às perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

2.13 Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais não resgatáveis são classificadas como patrimônio líquido.

2.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

Para efeito de apresentação das demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são reclassificados para a conta de lucros acumulados.

2.15 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber da venda de gás e serviços.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando

critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

(a) Venda de Gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e através de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

(b) Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizado, como aquecedores e acessórios. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

(c) Venda de serviços

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato da Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

(d) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

(e) Resultado abrangente

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Companhia não auferiu resultado abrangente.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

(a) Reconhecimento da receita de venda de gás

Para a mensuração da receita pela venda de gás são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período (Nota 8). A receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 46.695 (2010 – R\$ 53.976).

(b) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, quotas de empresas de capital fechado) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher esses métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

(c) Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais

Esses impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no julgamento da Companhia sobre sua capacidade de cobrar todos os valores devidos considerando os prazos originais das contas a receber.

Caso todas as contas a receber vencidas e não *impaired* fossem consideradas não recuperáveis, a Companhia sofreria uma perda adicional de R\$ 11.728 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 31.722 em 31 de dezembro de 2010)

(e) Vida útil do ativo intangível

A vida útil dos ativos classificados no ativo intangível reflete o período em que se espera que os benefícios econômicos futuros serão consumidos pela Companhia. Anualmente a Companhia revisa a vida útil desses ativos.

(f) Provisão para contingência

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias.

4. Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros de valor justo, risco de taxa de juros de fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. Podem ser usados instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Diretoria Financeira da Companhia identifica, avalia e a protege contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

O risco de volatilidade no preço do gás distribuído a que a Companhia está exposta é reduzido, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder concedente e levam em consideração o aumento dos custos de gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI e TJLP. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados. A Companhia monitora continuamente as flutuações das taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações de derivativos para proteger, parte ou total de seus empréstimos, contra o risco de volatilidade dessas taxas. Em 31 de dezembro de 2011, não existia nenhum derivativo contratado com a finalidade de proteção à exposição dessas taxas de juros.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial decorre de operações de empréstimos indexadas a moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos.

A Companhia definiu como estratégia para gerenciamento de risco de variação cambial a obrigatoriedade de todos os empréstimos indexados ao dólar possuírem, também, um instrumento financeiro de troca de moeda (*swap* de dólar para CDI). Com a adoção dessa prática, a Companhia pode contratar empréstimos em moeda estrangeira sem o ônus da variação cambial.

A Companhia não possui operações de investimentos financeiros derivativos e nem operações atreladas a variação cambial em aberto em 31 de dezembro de 2011 e de 2010.

(ii) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que aumentam as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2011, se as taxas de juros sobre os empréstimos mantidos em reais variassem em torno de 0,25%, considerando que todas as demais variáveis fossem mantidas constantes, o lucro do exercício após o cálculo do imposto de renda e da contribuição social apresentaria variação de R\$ 111 (2010 – R\$ 135), principalmente, em decorrência de despesas de juros mais altas ou mais baixas nos empréstimos de taxa variável.

(iii) Derivativos

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido à grande base de clientes. Uma provisão para contas de cobrança duvidosa é estabelecida em relação àqueles que a administração acredita que não serão recebidos integralmente.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

A Companhia monitora suas previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Também mantém espaço livre suficiente em suas linhas de crédito compromissadas disponíveis a qualquer momento, a fim de que a Companhia não quebre os limites ou cláusulas do empréstimo (quando aplicável) em qualquer uma de suas linhas de crédito. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O excesso de caixa mantido é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na nota 8 são divulgados os ativos de que se espera que gerem prontamente entradas de caixa para administrar o risco de liquidez.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados e contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2011			
Empréstimos e financiamentos	20.883	20.637	37.237
Fornecedores e outras obrigações	97.025		
Em 31 de dezembro de 2010			
Empréstimos e financiamentos	23.268	21.084	56.092
Fornecedores e outras obrigações	105.543		

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da mesma para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 podem ser assim sumariados:

	2011	2010
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 15)	64.983	78.879
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(53.879)	(42.893)
Dívida líquida	11.104	35.986
Total do patrimônio líquido	258.454	226.302
Total do capital	269.558	262.288
Índice de alavancagem financeira – %	4	14

A redução no índice de alavancagem financeira em 2011 foi decorrente, principalmente, da geração de caixa da Companhia, o que permitiu liquidação de empréstimos e financiamentos com vencimento no ano de 2011. Para manter ou ajustar a estrutura do capital nos patamares que a administração julga adequados, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos.

5. Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e recebíveis	Total
31 de dezembro de 2011		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	91.465	91.465
Caixa e equivalentes de caixa	53.879	53.879
Depósitos Judiciais	919	919
	146.263	146.263

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2011		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	64.983	64.983
Fornecedores	97.025	97.025
	162.008	162.008

	Empréstimos e recebíveis	Ativo ao valor justo por meio do resultado	Total
31 de dezembro de 2010			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Contas a receber de clientes e partes relacionadas	97.790		97.790
Títulos e valores mobiliários		23	23
Caixa e equivalentes de caixa	42.893		42.893
Depósitos Judiciais	422		422
	141.105	23	141.128

	Outros passivos financeiros	Total
31 de dezembro de 2010		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos	78.879	78.879
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	105.543	105.543
	184.422	184.422

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Caixa e bancos	13.513	14.618
Aplicação de liquidez imediata – CDB	40.366	28.275
	53.879	42.893

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário – CDB têm liquidez imediata e estão valorizadas ao custo amortizado em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

A companhia concentra suas operações financeiras em instituições de primeira linha.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeira é o valor contábil do caixa e equivalente de caixa.

7. Títulos e valores mobiliários

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Títulos negociados no mercado - Mantidos para negociação		
CDB – Certificado de Depósito Bancário		23

Referem-se às aplicações em CDB – Certificado de Depósito Bancário em instituições financeiras de primeira linha, remunerados à taxa média de 100,38% do CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro, com vencimento em até 21 de novembro de 2011, mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão apresentados em “Atividades operacionais” como parte das variações do capital circulante na demonstração do fluxo de caixa.

As variações dos valores justos de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado estão registradas como resultado financeiro (Nota 25).

8. Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), vendas de serviços e de equipamentos, como demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Consumidores de Gás e Serviços		
Faturado	93.558	87.605
Não Faturado	46.695	53.976
	140.253	141.581
Vendas de equipamentos	1.168	1.390
Provisão para impairment de contas a receber de clientes	(49.956)	(45.184)
Contas a receber de clientes, líquidas	91.465	97.787

Os saldos das contas a receber de clientes pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), representa seu valor justo.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
A vencer	79.737	66.065
Vencidas		
Até três meses	11.975	29.332
De três a seis meses	1.403	2.390
Acima de seis meses	48.306	45.184
	141.421	142.971

A provisão para créditos de liquidação duvidosa está representada, principalmente, pela provisão constituída sobre o saldo das contas a receber de três clientes do segmento industrial, clientes esses de longa data da Companhia, que acumularam uma dívida histórica de R\$ 15.306, R\$ 7.407 e R\$ 23.940, respectivamente (R\$ 15.306, R\$ 7.407 e R\$ 18.448 em 31 de dezembro de 2010). Em relação aos dois primeiros montantes, após sucessivos acordos não cumpridos, foi assinado um compromisso final de quitação parcelada de todos os valores vencidos através de acordos finais concluídos em dezembro de 2005 e janeiro de 2006, respectivamente. O fornecimento de gás ficou condicionado ao estrito cumprimento das cláusulas dos citados acordos, que previam o pagamento antecipado. Os acordos finais também não foram cumpridos, resultando no corte do fornecimento de gás através de decisões judiciais e consequentes execuções desses acordos que se encontram em curso, sem expectativa de realização. A terceira indústria relacionada discute judicialmente o valor da tarifa praticada, em função do valor do Poder Calorífico Superior do Gás – PCS, havendo, nesse caso, em primeira instância, decisão favorável à CEG RIO. Além do processo que se encontra em andamento, existem dúvidas substanciais sobre a capacidade financeira desta em pagar a dívida em caso de decisão final provável a CEG Rio. Por isso a administração optou por manter o valor provisionado.

As movimentações na provisão para de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2011	2010
Em 1º de janeiro	45.184	42.136
Provisão para impairment de contas a receber	5.931	6.278
Recuperação de provisão para impairment de contas a receber	(1.159)	(3.230)
Em 31 de dezembro	49.956	45.184

A totalidade dos créditos com clientes que possuam dívidas vencidas há mais de seis meses é objeto de provisão para devedores duvidosos. Após 30 dias de atraso no pagamento da fatura, os clientes residenciais e comerciais, têm o fornecimento de gás paralisado. Para os clientes industriais, o fornecimento é suspenso em 10 dias.

A Companhia possui uma carteira de 28.380 mil clientes, dos segmentos residencial, comercial, industrial, veicular e termogeração e, exceto pelos créditos em atraso dos 3 clientes industriais mencionados anteriormente, não há concentração significativa nos seus demais clientes, diluindo, assim, o risco de inadimplência.

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das demonstrações financeiras é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima. A Companhia não ofereceu nenhum título como garantia.

9. Tributos a recuperar

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Contribuição social (a)	2.585	4.375
ICMS a recuperar (b)	6.539	5.251
Demais tributos (c)	829	522
	9.953	10.148
Circulante	(9.219)	(8.132)
Não circulante – Realizável a longo prazo	734	2.016

(a) Refere-se a antecipações mensais da contribuição social.

(b) Refere-se, principalmente, a créditos de ICMS sobre patrocínio cultural com incentivo fiscal.

(c) Refere-se, substancialmente, a impostos retidos na fonte a recuperar.

10. Ativos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

(a) Composição

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias	13.684	15.196
PIS e COFINS diferidos	743	1.394
Não circulante	14.427	16.590

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre os seguintes eventos:		
Provisão para devedores duvidosos	6.567	5.029
Provisão para contingências	1.274	1.234
Fornecedor governo	782	1.086
Mudança de prática - novos CPC's (*)	3.655	6.645
Outras adições e exclusões	62	27
Ativo Diferido	1.344	1.175
Não circulante	13.684	15.196

(*) Os principais itens das mudanças de prática são:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Ativo regulatório (Nota 23)	3.858	6.890
Receita de ajuste a valor presente	(203)	(245)
	3.655	6.645

(b) Movimentação

	IR e CS diferidos sobre:						
	Provisão para devedores duvidosos	Provisão para contingências	Fornecedor governo	Mudança de práticas	Outras adições exclusões	Ativo diferido	Total
Em 31 de dezembro de 2010	5.029	1.234	1.086	6.645	27	1.175	15.196
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	1.538	40	(304)	(2.990)	35	169	(1.512)
Em 31 de dezembro de 2011	6.567	1.274	782	3.655	62	1.344	13.684

(c) Realização

Os ativos fiscais diferidos serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui expectativa de que esses créditos sejam realizados conforme demonstrado a seguir:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2011		5.139
2012	3.481	5.804
2013	4.268	1.661
2014	1.964	1.661
2015	1.964	1.661
2016	1.964	332
2017	393	332
2018	393	
	14.427	16.590

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

11. Contas de partes relacionadas

	Ativo circulante	Passivo circulante	Despesas
Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG		1.061	10.036
Gás Natural do Brasil S.A.			95
Gás Natural Serviços S.A.		4	
Em 31 de dezembro de 2011		1.065	10.131
Em 31 de dezembro de 2010	3	1.033	9.680

Referem-se, substancialmente, a obrigações com a Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG por serviços técnicos e administrativos prestados à Companhia.

Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros e diretores, membros do comitê executivo. A remuneração paga ou a pagar por serviços de empregados está demonstrada a seguir:

	2011	2010
Salários e encargos	463	433
Honorários dos administradores	3.099	2.917
Participação nos lucros	97	65
	3.659	3.415

12. Intangível

	Servidões de passagem	Software	Contrato de concessão	Total
Em 1º de janeiro de 2010	185	872	249.799	250.856
Aquisição		180	18.083	18.263
Baixas líquidas			(124)	(124)
Amortização	(19)	(225)	(10.197)	(10.441)
Em 31 de dezembro de 2010	166	827	257.561	258.554
Custo total	281	1.345	311.996	313.622
Amortização acumulada	(115)	(518)	(54.435)	(55.068)
Valor residual	166	827	257.561	258.554
Em 1º de janeiro de 2011	166	827	257.561	258.554
Aquisição		127	30.493	30.620
Baixas líquidas			(10)	(10)
Amortização	(19)	(238)	(10.700)	(10.957)
Em 31 de dezembro de 2011	147	716	277.344	278.207
Custo total	281	1.472	342.479	344.232
Amortização acumulada	(134)	(756)	(65.135)	(66.025)
Valor residual	147	716	277.344	278.207
Taxas anuais de amortização - %	6,7	20	Diversas	

	Contratos de concessão										
	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática Hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Total	
Em 1º de janeiro de 2010	797	1.852	370	108	287	222.167	250	225.831	23.968	249.799	
Aquisição	1.662	268	27	29	205	1.133	272	3.596	14.487	18.083	
Baixa líquida de depreciação		(30)				(94)		(124)		(124)	
Transferência líquida		8.457				12.028		20.485	(20.485)		
Depreciação		(1.408)	(122)	(21)	(93)	(8.450)	(103)	(10.197)		(10.197)	
Em 31 de dezembro de 2010	2.459	9.139	275	116	399	226.784	419	239.591	17.970	257.561	
Custo total	2.459	13.938	671	231	935	274.906	886	294.026	17.970	311.996	
Depreciação acumulada		(4.799)	(396)	(115)	(536)	(48.122)	(467)	(54.435)		(54.435)	
Valor residual	2.459	9.139	275	116	399	226.784	419	239.591	17.970	257.561	
Em 1º de janeiro de 2011	2.459	9.139	275	116	399	226.784	419	239.591	17.970	257.561	
Aquisição		986	23	9	231	909	112	2.270	28.233	30.943	
Baixa líquida de depreciação					(10)			(10)		(10)	
Transferência líquida		179				10.590		10.769	(10.769)		
Depreciação		(1.273)	(121)	(23)	(131)	(8.934)	(218)	(10.700)		(10.700)	
Em 31 de dezembro de 2011	2.459	9.031	177	102	489	229.349	313	241.920	35.424	277.344	
Custo total	2.459	15.103	694	240	1.156	286.405	998	307.055	35.424	342.479	
Depreciação acumulada		(6.072)	(517)	(138)	(667)	(57.056)	(685)	(65.135)		(65.135)	
Valor residual	2.459	9.031	177	102	489	229.349	313	241.920	35.424	277.344	
Taxas anuais de depreciação - %		10	5	10	5	3,3 e 5,0	Diversas				

A rubrica "Obras em andamento" refere-se, substancialmente, aos projetos de expansão da rede.

Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

Software em desenvolvimento refere-se a gastos com modernização, melhoria e adaptações de sistemas informatizados.

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram de R\$ 2.120 (R\$ 597 em 31 de dezembro de 2010) à taxa média de 12,57% (10,58% em 31 de dezembro de 2010).

Existem, na Companhia, bens do intangível que embora totalmente amortizados, ainda encontram-se em uso. Estes perfazem o total de R\$ 2.584 (R\$ 881 em 31 de dezembro de 2010).

13. Diferido

	Captação e transformação	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2010	34.819	33	34.852
Amortização	(5.429)	(11)	(5.440)
Em 31 de dezembro de 2010	29.390	22	29.412
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(24.900)	(89)	(24.989)
Valor residual	29.390	22	29.412
Em 1º de janeiro de 2011	29.390	22	29.412
Amortização	(5.411)	(11)	(5.422)
Em 31 de dezembro de 2011	23.979	11	23.990
Custo total	54.290	111	54.401
Amortização acumulada	(30.311)	(100)	(30.411)
Valor residual	23.979	11	23.990
Taxas anuais de amortização - %	10	10	

Os gastos com o projeto de captação de clientes referem-se à adequação e construção das instalações de gás a partir do medidor, de propriedade do cliente, a fim de deixá-las aptas ao uso de gás natural, conforme estabelece o Regulamento de Instalação Predial (RIP).

Conforme permitido pela Lei nº 11.941/09, o saldo remanescente do ativo diferido em 31 de dezembro de 2008 que não pôde ser alocado ao ativo imobilizado e intangível permanecerá no ativo sob essa classificação até sua completa amortização, porém sujeito à análise periódica de sua recuperação.

14. Fornecedores

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
De gás	87.540	95.477
De materiais	5.774	5.317
De serviços	3.711	4.749
	97.025	105.543

15. Empréstimos e financiamentos

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Financiamentos	38.688	44.271
Linhas de crédito	26.295	34.608
	64.983	78.879
Circulante	(19.806)	(22.155)
Não circulante – Exigível a longo prazo	45.177	56.724

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para utilização no incremento das operações da Companhia, principalmente nos projetos de levar gás para novos municípios. A Companhia terminou o ano com um custo médio de 91,1% do CDI (100,1% em 2010).

O valor justo dos empréstimos atuais é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. Os valores justos baseiam-se no saldo de empréstimos atualizados a taxa de juros do respectivo contrato de empréstimo até a presente data.

A composição dos empréstimos e financiamentos pode ser assim demonstrada:

	%		31 de dezembro de 2011		31 de dezembro de 2010	
	Fn (*)	Lc (*)	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Em moeda nacional						
Banco Bradesco S.A.		100	10.295	16.000	10.608	24.000
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES	100		9.511	29.177	11.547	32.724
			19.806	45.177	22.155	56.724

(*) Fn - Financiamento, Lc - Linha de crédito

As linhas de créditos em moeda nacional têm encargos de 108% da variação do CDI. A Companhia emitiu notas promissórias como garantia dos empréstimos recebidos.

As operações de financiamentos referem-se a:

(i) Recursos do BNDES para os projetos de ampliação da rede de gás, mais especificadamente a gaseificação dos municípios de Paraíba do Sul e Três Rios, além do avanço em zona já consolidada, Norte Fluminense e Sul Fluminense. Esse financiamento possui vencimento final em 2014 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,6% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

(ii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento final em 2015 e possui, como garantia, fiança bancária com custo de 0,5% ao ano. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,3% ao ano.

(iii) Recursos do BNDES para os projetos de expansão e saturação da rede de gás, mais especificadamente nos municípios de zona já consolidada. Esse financiamento possui vencimento em 2018 e possui, como garantia, fiança bancária cuja contratação será por desembolso. O saldo total é atualizado pela TJLP acrescido de 2,8% ao ano.

Os vencimentos dos empréstimos a longo prazo são os seguintes:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
2012		17.415
2013	17.713	17.415
2014	18.262	17.069
2015	6.018	4.825
2016	1.194	
2017	1.194	
2018	796	
	45.177	56.724

A Companhia possui, ainda, linhas de crédito não utilizadas no montante de R\$ 1.500 com vencimento em um ano, revisadas em diferentes datas durante o ano.

16. Tributos a recolher

(a) Composição do saldo

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Imposto de renda a pagar	19.695	20.534
ICMS a pagar	2.314	1.949
Taxa Agência Reguladora	526	553
Outros	2.473	2.043
	25.008	25.079

(b) As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 estão reconciliadas, às alíquotas nominais, como segue:

	2011		2010	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	131.457	131.457	118.341	118.341
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(32.864)	(11.831)	(29.585)	(10.651)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	2.858	1.029	2.627	946
Incentivos fiscais	24		394	
Adições permanentes	(440)	(159)	(444)	(160)
Despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração de resultado	(30.422)	(10.961)	(27.008)	(9.865)
Alíquota efetiva	23%	8%	23%	8%

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, as Companhias puderam optar pelo Regime Tributário de Transição (RTT), que permite à pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis da Lei n^{os} 11.638/07 e 11.941/09.

O RTT tem vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária. O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ).

A Companhia optou pela adoção do RTT em 2009 e, conseqüentemente, para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido dos exercícios findos em 2011 e 2010, foram utilizadas as prerrogativas definidas no referido regime.

17. Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o capital social está representado por 1.995.023 mil ações, sendo 665.008 mil ordinárias e 1.330.015 mil preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Quantidade de ações	
	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no exterior:		
Gas Natural, SDG S.A.	129.422	314.851
Pluspetrol Energy Sociedad Anonima	22.257	37.594
Gas Natural Internacional, SDG S.A.	339.154	405.494
Residentes no país:		
Gaspetro – Petrobras Gás S.A.	174.175	572.076
	665.008	1.330.015

As ações ordinárias têm direito a voto nas Assembléias Gerais e as ações preferenciais, apesar de não terem direito a voto, têm prioridade no recebimento de dividendos e no reembolso de capital.

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

Em Assembléias Gerais Extraordinárias, realizadas em 29 de abril de 2011 e 26 de abril de 2010, foram deliberados os aumentos do capital social da Companhia em R\$ 7.692 e R\$ 15.143, respectivamente, sem emissão de novas ações, mediante a capitalização de parte da reserva de lucros para expansão.

(b) Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio

Os dividendos e os juros sobre o capital próprio foram apurados de acordo com as disposições estatutárias e a legislação societária brasileira, como segue:

	2011	2010
Lucro líquido considerado como base de cálculo dos dividendos (*)	90.074	81.468
Constituição da reserva legal	(1.538)	(3.455)
Ajustes acumulados das mudanças de prática (*)		(14.390)
Base de cálculo dos dividendos	88.536	63.623
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	22.134	15.906
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio	11.431	10.508
Dividendos – parcela do mínimo obrigatório	10.703	
Dividendos – parcela adicional proposta pela administração	66.402	41.186
	88.536	51.694
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	100,00	81,25

(*) Em 2010, foi procedido o reconhecimento, para fins de cálculo dos dividendos, dos efeitos acumulados das mudanças de práticas incluindo ajuste de exercícios anteriores, pois, naquele exercício, a Companhia não tinha conhecimento dos seus efeitos.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2011 aprovou a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação de taxa de juros a longo prazo – TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório, que em 2010 foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de dezembro. O imposto de renda de fonte assumido pela Companhia, no montante de R\$ 1.715 (R\$ 1.576 no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), foi reconhecido como despesa diretamente no resultado do exercício.

Dividendos complementares para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, correspondentes a R\$ 33,28 por lote de mil ações, totalizando R\$ 66.402, serão propostos na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2012. Estas demonstrações financeiras refletem apenas os dividendos mínimos obrigatórios, dispostos no Estatuto Social da Companhia.

A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2011 aprovou a distribuição de dividendos complementares sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, no montante de R\$ 35.788, representado por R\$ 17,94 por lote de mil ações do capital social.

A Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2010 aprovou a distribuição de dividendos correspondentes sobre o lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 no montante de R\$ 23.418, correspondentes a R\$ 11,74 por lote de mil ações do capital social.

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Com a transferência de parte dos lucros para a reserva legal, o saldo das reservas de lucros ultrapassou o saldo do capital social. A legislação societária brasileira determina que a assembleia dos acionistas deverá deliberar sobre a aplicação do excesso no aumento de capital social, ou na distribuição de dividendos. A administração irá propor a capitalização do excedente, de modo a cumprir o disposto na legislação societária brasileira.

(d) Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia.

No ano de 2010 foi constituída reserva de expansão no valor de R\$ 11,9 milhões, com a finalidade de financiar parte dos investimentos de períodos posteriores. Em 2011, foram investidos cerca de R\$ 30,4 milhões basicamente em projetos de expansão. Em função da estrutura de capital da Companhia apresentada no final do exercício, no ano de 2011 não foi constituída a reserva de expansão.

18. Contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	31 de dezembro de 2011	31 de dezembro de 2010
Cíveis	1.981	1.516
Tributárias	1.161	1.154
Trabalhistas	375	395
	3.517	3.065

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.065
Adições	984
Baixas	(751)
Atualizações monetárias	219
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.517

A provisão para contingências cobertas por depósitos judiciais é composta como segue:

	2011			2010		
	Provisões	Depósitos	Líquido	Provisões	Depósitos	Líquido
Cíveis	1.981		1.981	1.516		1.516
Tributárias	1.356	195	1.161	1.683	529	1.154
Trabalhistas	411	36	375	431	36	395
	3.748	231	3.517	3.630	565	3.065

As contingências tributárias referem-se principalmente a compensação indevida de ICMS antes do pagamento do imposto. A Companhia interpôs uma ação anulatória para assegurar a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e anular respectivo ato declaratório de débito fiscal, considerando que a empresa já havia recolhido a integralidade dos valores exigidos a título de diferencial de alíquotas dos bens adquiridos de outro Estado.

As contingências cíveis referem-se principalmente aos processos interpostos para anular as multas aplicadas pela Agência Reguladora e processos de baixa complexidade de reclamações de consumidores.

Existem outros processos na esfera estadual e federal que não estão provisionados, por estarem classificados como chance de êxito possível pelos consultores jurídicos. Os valores dessas contingências totalizam R\$ 16.680 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 12.879 em 31 de dezembro de 2010) e referem-se, principalmente, ao seguinte processo:

Em 19 de outubro de 2009, a Companhia foi notificada da decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária no Rio de Janeiro, que homologou parcialmente as compensações procedidas pela Companhia, reconhecendo, tão somente, os valores de R\$ 1.471 e não os R\$ 4.943 resultantes de crédito de saldo negativo da CSLL do ano-calendário de 2005, exercício de 2006, informados por meio do PERDCOMP, utilizados para o pagamento de débitos próprios de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica – IRPJ. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de êxito dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado até 31 de dezembro de 2011 seria de R\$ 8.716 (R\$ 8.275 em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente a Companhia possui um montante de R\$ 339 em 31 de dezembro de 2011 (R\$ 177 em 31 de dezembro de 2010) referente a contingências trabalhistas classificadas como chance de êxito possível também não provisionadas.

19. Compromissos

19.1 Fornecedor de gás

Em 28 de novembro de 2008, entrou em vigência o contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras para uso convencional, assinado em 18 de julho de 2008. Este contrato garante o fornecimento a partir de novembro de 2008 de 2,46 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual – QDC), quantidade essa incrementada ao longo da vigência do contrato, findando em dezembro de 2012 com a garantia de 2,91 milhões de metros cúbicos por dia (Quantidade Diária Contratual – QDC). Por esse contrato, a Ceg RIO se compromete, a cada ano de sua vigência, a retirar da Petrobras – e, mesmo que não retire, pagar uma quantidade de gás que, na média diária do correspondente ano, seja igual ou superior a 80% da QDC

– compromisso *Take or Pay* no ano de 2010, 82% da QDC nos anos de 2011 e 2012 e 80% nos anos de 2013 e 2014. Os valores pagos a título de *Take or Pay* poderão ser compensados durante todo o prazo do contrato, contra retiradas futuras superiores ao compromisso mínimo de retirada do respectivo ano em que se estiver realizando a compensação.

Em 9 de setembro de 2011 foi celebrado o termo aditivo nº 5 ao contrato de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, para uso convencional, no qual foram acordados: (i) a prorrogação da vigência do contrato, passando a vigorar até dezembro de 2016; (ii) redução das quantidades diárias contratuais – QDC's para o período de prorrogação; (iii) extinção da modalidade Firme-Flexível.

Desta forma, a Companhia melhorou a relação entre suas vendas e o compromisso de *Take or Pay*, adequando o CONTRATO ao seu atual nível de vendas, bem como o previsto para os próximos anos, em contra partida a Petrobras estendeu por mais dois anos a vigência do Contrato de Fornecimento de Gás Natural com *Take or Pay* de 80%.

Não houve pagamentos de *Take or Pay* para os anos de 2011 e 2010.

19.2 Compromisso com poder concedente

Em julho de 2004 e agosto de 2005, o Estado do Rio de Janeiro e a CEG RIO assinaram Termos Aditivos ao Contrato de Concessão nos quais a Concessionária obrigou-se a atender aos compromissos de expansão do serviço de gás canalizado devendo implantar, na sua área de concessão, novas redes de distribuição de gás canalizado através da construção de ramais de distribuição, com capacidade para atender à demanda dos municípios de Quatis, Engenheiro Paulo de Frontin, Paraíba do Sul, Três Rios, Teresópolis, Itatiaia, Cachoeira de Macacu, Nova Friburgo, Angra dos Reis e Saquarema.

Os quatro primeiros municípios acima citados já estão sendo atendidos com rede de gás canalizado, tendo em vista o cumprimento dos compromissos assumidos em 2004 e 2005.

Em agosto de 2008, no curso da Segunda Revisão Tarifária que foi concluída ao longo de 2009, o Poder Concedente concordou com a revisão que foi apresentada no Plano de Investimentos da Companhia, autorizando o atendimento dos demais municípios por meio do fornecimento de Gás Natural Comprimido – GNC, e concedendo novo prazo, até 2012, – com exceção do município de Itatiaia, mantido o compromisso de atendimento por rede de gás natural canalizado, e com prazo em 2010.

Dessa forma, o município de Itatiaia está sendo atendido com rede de gás canalizado em cumprimento ao novo prazo do compromisso e os municípios de Teresópolis, Nova Friburgo e Angra dos Reis são atendidos com Gás Natural Comprimido – GNC.

19.3 Realocação de volumes

A Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA, em 13 de janeiro de 2011 autorizou, por meio da Deliberação nº672, as concessionárias CEG e CEG RIO a utilizarem o Mecanismo de Realocação de Valores (MRV) para os excedentes dos volumes adquiridos de Curto Prazo de uma concessionária para outra.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro, como previsto no ofício SEDEIS de 12 de janeiro de 2011, determinou que os excedentes de curto prazo fossem alocados, respectivamente e nessa ordem, para o setor de vidros planos, setor de matéria prima e para o GNV. Para os dois primeiros setores, o excedente de curto prazo alocado não poderá ultrapassar 50% do seu consumo mensal, enquanto que para o GNV será

alocado o excedente que por ventura sobrar após o atendimento dos setores de vidro plano e de matéria prima.

Desta forma, a Companhia vem aplicando o MRV para os excedentes de curto prazo, visando à mitigação de riscos na aquisição de volumes de gás natural na modalidade de Leilão de Curto Prazo, pois as vendas de longo prazo podem ser inferiores ao volume estimado no momento da contratação da compra de curto prazo.

Durante o exercício de 2011 a Companhia realizou a transferência do volume excedente de Curto Prazo, gerando uma receita que monta a quantia de R\$ 12.214 (R\$ 9.618 líquidos de deduções de venda).

20. Recebimentos antecipados

Representado pelo pagamento antecipado para possibilitar a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica e Ambiental do projeto para atendimento à termelétrica UTE Resende, decorrente do contrato de prestação do serviço de distribuição de gás celebrado entre CEG RIO e Ômega Engenharia e Assessoria Ltda.

Este pagamento foi reconhecido no passivo já que representa antecipação de consumos futuros.

21. Receita de vendas e serviços

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

	2011	2010
Vendas brutas de produtos, serviços e contratos de construção	1.234.159	1.392.186
Deduções da receita bruta	(179.033)	(178.335)
Receita líquida	1.055.126	1.213.851

22. Débitos restituíveis – compromisso de *Take or Pay* no contrato com termelétricas

A CEG RIO possui um contrato de fornecimento de gás firme, assinado com a UTE Norte Fluminense, a qual pertence ao Grupo EDF (90%) e a Petrobras (10%). Este contrato prevê, além de outros compromissos, um compromisso (mensal e anual) de consumo, denominado *Take or Pay*, no qual são estabelecidas metas mínimas a serem atingidas (56% e 70% da Quantidade Diária Contratada respectivamente), independente da quantidade de gás efetivamente consumida a cada período. O não cumprimento dessas metas acarreta em cobranças adicionais à termelétrica, bem como em pagamentos correspondentes à PETROBRAS, nesse caso na qualidade de fornecedora da CEG RIO.

Durante o exercício de 2010, a UTE Norte Fluminense realizou alguns pagamentos relativos ao compromisso mensal de *Take or Pay* de R\$ 2.007, pois, para os meses de Janeiro a Maio de 2010, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. A UTE Norte Fluminense também realizou o pagamento relativo ao compromisso anual *Take or Pay* para o exercício de 2010 no valor de R\$13.395, pois não cumpriu as metas mínimas.

Durante o exercício de 2011, a UTE Norte Fluminense realizou alguns pagamentos relativos ao compromisso mensal de *Take or Pay* de R\$ 18.249, pois, para certos meses do ano, não ultrapassou o compromisso mensal estabelecido. A UTE Norte Fluminense também realizou o pagamento relativo ao compromisso anual "Take or Pay" para o exercício de 2011 no valor de R\$21.084, pois não cumpriu as metas mínimas.

Estes pagamentos foram reconhecidos no passivo já que, de acordo com o contrato de fornecimento, representam antecipações de consumos futuros acima dos limites mínimos estabelecidos. Além disso, o baixo consumo da UTE Norte Fluminense fez com que a CEG RIO também não atingisse os limites mínimos previstos no contrato. Dessa forma, o mesmo valor foi pago pela CEG RIO a Petrobras e foi registrado no ativo como antecipação de consumo futuro, na conta créditos restituíveis.

Adicionalmente, considerando que a UTE Norte Fluminense ultrapassou o compromisso mensal estabelecido para alguns meses, a mesma obteve o direito de recuperar o gás pago e não retirado em períodos anteriores, totalizando um volume recuperado de gás de 170.518 milhares de m³ que corresponde a R\$ 21.992.

Abaixo a movimentação desses compromissos restituíveis:

Saldo em 31 de dezembro de 2010	28.738
Pagamento de <i>Take or pay</i> – mensal	18.249
Pagamento de <i>Take or pay</i> – compromisso anual	21.084
Recuperação de <i>Take or pay</i>	(21.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2011	46.079

23. Revisão tarifária - Ativo regulatório

Em 28 de junho de 2007, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA a proposta de revisão tarifária, conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997.

Em 31 de março de 2009 foi formalizado o resultado da 2ª Revisão Quinquenal Tarifária, no julgamento realizado na 4ª Sessão Regulatória do ano 2009, na AGENERSA, na qual através da Deliberação AGENERSA nº 370, foi deliberado um incremento de 11,83% de margem e foram criadas novas classes de consumo: climatização, cogeração e termelétricas, além das tarifas para consumidores livres.

Esta decisão fixou a vigência do incremento a partir da edição da deliberação, não permitindo a retroatividade. No entanto, com a publicação da Deliberação AGENERSA nº 462, de 29 de outubro de 2009, a Agência autorizou a Concessionária a realizar a compensação financeira referente ao período de 1º de janeiro de 2008 a 9 de maio de 2009 ("retroatividade") através de faturamento adicional por aumento de tarifa em 2010, 2011 e 2012 cujo valor presente montava a R\$ 25.230, calculados considerando a taxa de desconto (custo do capital) aprovada pelo órgão regulador de 10,22%. Dessa forma a Companhia procedeu ao reconhecimento contábil da retroatividade, registrando o seu direito de recebimento do ativo, assim como os impostos incidentes sobre a referida receita, repassados à tarifa conforme contrato de concessão.

Em 2010, como resultado da aplicação das novas práticas contábeis que estão de acordo com os padrões internacionais, o ativo regulatório foi revertido retroativamente

ao exercício de 2009 por não atender aos critérios para reconhecimento de ativo, uma vez que não há certeza de que os benefícios econômicos futuros dele provenientes fluirão para a entidade. A partir de 2010, o referido ativo está sendo registrado na medida em que é realizado o faturamento da retroatividade.

24. Despesas operacionais – Outras, líquidas

	2011	2010
Penalidades e indenização a terceiros	385	829
Impostos e taxas fiscais	848	1.576
Baixa de materiais e equipamentos	1	330
Cessão de capacidade de duto	353	339
Demais despesas, líquidas	53	20
	1.640	3.094

25. Resultado financeiro

	2011	2010
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	2.886	1.773
Juros e multas	628	629
Outras receitas financeiras	350	318
Atualizações monetárias ativas	440	125
	4.304	2.845
Despesas financeiras		
Comissões	(53)	(33)
Encargos de empréstimos	(4.562)	(7.613)
IOF	(164)	(482)
Outras despesas financeiras	(569)	(153)
Atualizações monetárias passivas	(357)	(157)
	(5.705)	(8.438)
Resultado financeiro	(1.401)	(5.593)

A variação do resultado financeiro do ano de 2011 em relação ao ano de 2010 foi motivada, principalmente, pelo menor volume de encargos sobre dívida bancária, gerado principalmente pelo menor volume de dívida em 2011 em relação ao ano de 2010, maior volume de receita de aplicações financeiras resultado da maior geração de caixa.

26. Serviços administrativos e outros gastos gerais

	2011	2010
Serviços de manutenção	5.084	3.678
Serviço de profissionais independentes e contratados	17.149	16.752
Gastos gerais de escritório	408	356
Viagens e estadas	78	42
Aluguéis	464	373
Propaganda e publicidade	4.405	2.598
Perdas e recuperação de créditos	4.928	3.293
Provisões (Reversão)	(98)	1.351
	32.418	28.443

27. Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Ramos	Importâncias seguradas
Risco Operacional (*)	333.800
Responsabilidade Civil Geral (*)	169.900
Responsabilidade Civil - Administradores - Diretores e dirigentes (*)	3.708

(*) Apólice/limites únicos compartilhados entre as empresas CEG e CEG RIO.

